

UMA CIDADE ENXERIDA: COTIDIANO, CONTROLE E LAZER NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

*Antônio Clarindo Barbosa de Souza*¹

As Tentativas de Controle dos Espaços Urbanos, das Diversões e das Pessoas no Cotidiano da Cidade

Na Campina Grande dos anos de 1945 a 1965, as tentativas de organizar o espaço urbano nos moldes do que esperava a sua elite política e letrada, levava à polícia a perseguir e apontar os moradores pobres como sendo propiciadores de más condutas. Além das pessoas também os animais eram tidos com espalhadores da desordem. Os locais de diversão popular que não se coadunassem com os lazeres entendidos como apropriados aos trabalhadores eram alvos das investidas policiais.

Prosseguindo em sua faina incansável de extinguir todos os cabarés clandestinos, como também casas de recurso que tanto prejuízo moral vem causando à sociedade local, a polícia desta cidade fechou ontem mais uma dessas casas situada à rua Fernandes Vieira, nº 41.

Como agravante a referida casa de tolerância era freqüentada por menores de 15 a 17 anos, numa demonstração de desgaste moral, de profundo desajustamento social.

*A ação da polícia prosseguirá ininterruptamente para acabar com essa situação insustentável, sem nenhum respeito para com a sociedade.*²

Embora muitas vezes os articulistas dos jornais chamassem a atenção para os bem nascidos que causavam badernas nos locais de diversão fechados, como os cinemas ou auditórios, o seu preconceito e má vontade para com os mais pobres eram evidentes. Em várias matérias como a que segue – apesar de longa – tem-se a nítida impressão que se os letrados e as elites pudessem expulsariam do município os pobres que insistiam em participar das riquezas acumuladas e das benesses que estas riquezas haviam trazido para Campina Grande. Os jornais, principalmente os dos anos 50, eram ostensivamente desfavoráveis àqueles que não se enquadravam no que era considerado “chique” pelos membros das classes abastadas.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. E-Mail: <veclanu@yahoo.com.br>.

² *Diário da Borborema*, Campina Grande, 13 jun. 1962, p. 02. O *Diário da Borborema* será nomeado a partir daqui como *D.B.*, como ficou conhecido na cidade desde o seu surgimento.

Vamos aproveitar estas colunas para chamar a atenção dos gerentes de nossas casas exibidoras de filmes, e ao mesmo tempo fazer-lhes um apelo em nome da sociedade local, merecedora de um melhor tratamento por parte dos que dirigem os nossos cinemas. Falamos no fato de ser permitida a entrada de indivíduos sujos e maltrapilhos, sem o menor senso de higiene, e, muitas vezes até descalços. Esses indivíduos, porque pagaram legalmente seus ingressos, têm o direito de escolher seus lugares – já que os nossos cinemas não possuem a chamada ‘segunda classe’. Pois bem, sabem o que acontece? É um desses indivíduos sentar-se junto de uma senhora com seu vestido de seda ou de um cidadão com sua roupa de linho e emporcalhá-la sem a menor cerimônia. Admitamos que, durante a semana, os responsáveis pelos nossos cinemas abram mão dessa medida, mas, pelo menos aos domingos, quando todos procuram envergar suas melhores roupas; as damas; as senhoritas; os cavalheiros que se proíba a entrada dessa gente nos cinemas e não se fará nenhum favor tomando essa medida.³

O que surpreende neste discurso tão bem articulado é a discrepância entre ele e o discurso desenvolvimentista tão em voga na época que dizia possibilitar a ascensão e participação de “todos” nas melhorias oriundas do capitalismo e que na cidade era usado pelos candidatos ao cargo de Prefeito do Município, em seguidas eleições.

Além dos pobres em si, havia uma preocupação exagerada em regulamentar as atividades das crianças e adolescentes, mesmo aqueles das classes mais favorecidas. Havia por parte dos juizes de menores e dos chefes de polícia local uma preocupação em criar um conjunto de normas que orientasse a educação daqueles jovens. Além de controlar a frequência dos mesmos a certos lugares:

Fica proibido o ingresso de menores de 18 anos, acompanhados ou não, em espetáculos e exibições considerados impróprios pela comissão de censura cinematográfica ou pela censura teatral, conforme o caso.

³ D.B., Campina Grande, 21 jan. 1958, p.8 e p. 4/e (grifos nossos). Note-se que está matéria foi veiculada no final dos anos 50, quando os intelectuais de Campina Grande a consideravam uma cidade rica, próspera, chique e que oferecia trabalho a todos. O discurso se assemelha àqueles proferidos no final do século XIX ou início do século XX nas principais cidades do país, onde o cinema acabava de se instalar e onde as elites buscavam a todo custo diferenciar-se da “ralé”, tendo inclusive cinemas com primeira e segunda classe e teatros exclusivos para o deleite dos mais ricos. Sobre o uso dos equipamentos modernos de conforto como o Cinema ver: SANTIAGO, Roberval da Silva. *Cinematógrafo Pernambucano*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995; ARANHA, Gervácio Batista. *Visões da modernidade urbana: a experiência nortista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001 (em especial o capítulo 4: “Conceituando a cidade moderna: limites e perspectivas da experiência nortista”).

*Os menores que aparentarem ter menos de 18 anos deverão exibir carteira de identidade ou prova equivalente [...].*⁴

As leis tentavam, inutilmente, regular os locais que não deveriam ser frequentados de maneira alguma pelas crianças e adolescentes, pois isto poderia prejudicar a sua formação moral. Era terminantemente “proibida a freqüência de menores de 18 anos às casas de jogos, bilhares, *snookers* e casa de prostituição”. Também seriam punidos os que servissem “bebidas alcoólicas a menor de 18 anos”⁵.

Outro ponto importante a se perceber neste conjunto de proibições é que a sua constância demonstra a existência e a insistência de muitos desses lugares “mal-afamados”⁶ espalhados por toda a cidade e que se constituíam num atrativo para as crianças, adolescentes, jovens e adultos desempregados. A própria imprensa reconhecia que os espaços destinados às diversões para os jovens eram poucos e que havia a necessidade de ampliá-los, principalmente com a ajuda das famílias ou das escolas.

Em muitos casos as crianças e adolescentes procuram divertimentos sadios sem os encontrar porém. Se freqüentam lugares impróprios à sua saúde, é porque ocasiões outras e oportunidades lhes faltam para satisfazer ao seu natural desejo e impulso às distrações. Não se deve ficar, portanto, apenas nas providências proibitivas, mas tentar encontrar uma solução para oferecer à juventude entretenimentos agradáveis.

*Esta é também uma das tarefas das escolas e colégios que não podem desinteressar-se pela recreação das crianças e adolescentes, sobretudo pela organização dos esportes. O escotismo seria uma iniciativa também digna de atenção em nosso meio.*⁷

Embora pareça louvável a preocupação do autor da matéria com o desenvolvimento integral dos menores, pode-se notar claramente o caráter disciplinador das medidas por ele sugeridas.

⁴ D.B., Campina Grande, 14 fev. 1958, p. 08. Parágrafos 1º e 2º da Portaria baixada pelo Dr. Juiz de Menores (Luiz Silvio Ramalho) em 12 fev. 1958.

⁵ A nota e a Portaria do Juiz de Menores tem um conteúdo bastante longo, mas elucidativo sobre como deveriam ser tratados os menores delinquentes e o que ele chamava de “pré-delinquentes”. Esta separação era importante na época porque deixava entrever em alguns trechos que estes “pré-delinquentes” ainda poderiam ser “salvos” com algumas medidas profiláticas, mas quase sempre de cunho punitivo.

⁶ Em outro tópico deste trabalho, em que trataremos dos locais de diversões populares, veremos como entre o final dos anos 50 e durante todos os anos 60 a cidade estava tomada por casas de jogos e bingos, sendo alguns patrocinados até por associações de estudantes e instituições religiosas.

⁷ D.B., Campina Grande, 09 fev. 1958, p. 08. Percebe-se que apesar do tom ameno e preocupado da nota, o autor acaba por apresentar alternativas de caráter sempre disciplinador como o esporte e o escotismo, que embora façam parte de todos os programas de lazer das nações mais desenvolvidas, na época tinham claramente a função de adestrar os jovens para serem adultos responsáveis e produtivos, dentro da lógica capitalista.

Além das tentativas de disciplinarização das pessoas no uso dos espaços públicos, sente-se no meio culto da época uma necessidade de ordenar os festejos coletivos, seja nos espaços fechados, como no interior dos clubes, seja nas festividades em locais abertos como o Carnaval ou os desfiles cívicos⁸. Apesar de ser um atributo comum e legal às autoridades constituídas para estes fins, a preocupação excessiva com a regulamentação denotava a ocorrência de desregramentos graves não apenas nos locais frequentados pelos populares. Já em 1958, as normas gerais para o Carnaval do Gresse, um clube de classe média da cidade, não permitiam “a ASPIRAÇÃO de lança perfume no salão e adjacências”. Além disto, “o cavalheiro que por ventura se excedesse seria convidado a se retirar”⁹.

As regulamentações, mesmo quando eram tidas como naturais e extensivas a todas as camadas da sociedade, demonstravam a preocupação das autoridades com os excessos que poderiam ocorrer quando dos desfiles públicos. Numa descrição idealizada dos carnavais antigos, não vemos a presença do “público em geral”, do “povo”, da “multidão incalculável” que é tão comum nos festejos populares de qualquer cidade de médio ou grande porte. Quase todas as descrições dos carnavais antigos em Campina Grande, entre as décadas de 10 e 40, se referem a um Carnaval nitidamente elitizado. Somente para o final dos anos 60 é que encontraremos em alguns depoimentos referências aos populares no Carnaval.

*Os antigos carnavais de Campina Grande nos recordam um lento e ininterrupto desfile de automóveis em fila indiana: o Corso. Sobre os carros, os foliões cantavam e dançavam ao som das charangas e orquestras, travando batalhas de confete e serpentina. Os desfiles se concentravam nas ruas Maciel Pinheiro, 7 de Setembro, Marquês do Herval e Floriano Peixoto. Desfilavam blocos tradicionais como o Zé Pereira, Bloco dos Sujos, Marmiteiros, Tudo nos Une e Bloco do Jacaré. Os palhaços também se constituíam atração.*¹⁰

Embora nas ruas estivessem pessoas ricas e pobres, na visão dos jornalistas estas últimas eram tidas como meras espectadoras. Todavia, muitas vezes os conflitos entre os dois grupos ficava patente. No ano de 1958, os foliões de José Pinheiro (um dos bairros mais populares da cidade) decidiram não participar dos desfiles no Centro da cidade para não compartilhar o mesmo espaço com os associados

⁸ Os clubes mais tradicionais que promoviam bailes de Carnaval eram: O Campinense Clube; O Ipiranga; O Clube do Trabalhador (a partir de 1965); o Paulistano Esporte Clube e, posteriormente, a AABB. Sendo que o Campinense sempre foi, desde os anos 20, um clube frequentado pelas elites locais, bem como o Clube Aliança 31, enquanto os demais eram mais abertos ao público em geral. Nos anos 60, o GRESSE (Grêmio Recreativo de Sargentos do Exército) também promoveu memoráveis festas de Carnaval, que analisaremos no tópico pertinente a este tema. Algumas informações sobre os clubes de Campina Grande podem ser encontradas em: MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Livro do Município de Campina Grande*. Campina Grande: Unigraf, 1984.

⁹ D.B., Campina Grande, 09 fev. 1958; p. 08 (grifos do jornal).

¹⁰ MOBRAL, *Livro do Município...*, p. 12.

chiques do Campinense Clube, que além de seus bailes internos (realizados desde o dia 01 fev. 1958), se preparavam para sair às ruas centrais no mesmo dia e hora que a gente de José Pinheiro. Enquanto os moradores do “ZEPA” vestiriam qualquer indumentária alegórica aos festejos de Momo, os membros “societies” do Campinense Clube envergariam “calça preta e blusão vermelho para as senhoras e calça branca e blusa vermelha, com gola preta, para os homens”¹¹.

Esta pequena tensão provocada entre os membros do Campinense e os moradores do bairro de José Pinheiro parece demonstrar que, apesar de sempre ter desempenhado um papel fundamental na sociabilização dos moradores da cidade, o Carnaval era, sobretudo, um momento de marcar as diferenças sociais, tanto no que diz respeito ao uso dos espaços, como na apresentação de práticas, fantasias e costumes¹². Claro que estas diferenciações sociais já estavam contidas no seio da sociedade e apenas se explicitavam com maior força durante os quatro dias de festa.

Entre o final dos anos 50 e início dos 60, o Carnaval de rua propriamente dito foi se esvaziando, sendo os festejos transferidos para as praias da capital do Estado, ao mesmo tempo em que os sodalícios mais tradicionais iam enclausurando seus associados entre as seguras paredes de suas sedes. Contudo, algumas pessoas ainda se permitiam sair às ruas nem que fosse no último dia do Carnaval, apesar da vigilância da polícia e do risco de no outro dia ter seu nome estampado nas manchetes dos jornais locais.

[...] eu participava de um bloco de carnaval que quando nós saíamos no último dia de carnaval, nós nos dirigíamos para a Praça da Bandeira, ali em frente ao correio e havia uma fonte com uma samaritana ao lado e ali nós íamos tomar banho, ali naquela fonte. Dava um problema porque a polícia chegava [...].¹³

Este depoimento saudoso, como vários outros elencados a partir de outras entrevistas, permite visualizar alguns momentos do carnaval de rua em Campina Grande. Porém, como nosso objetivo neste texto é apenas demonstrar como os espaços, pessoas e práticas eram alvo de seguidas tentativas de disciplinamento, e de como as pessoas mais simples resistiam a isto, não nos deteremos mais neste ponto.

Vale ressaltar que as inovações tentadas em Campina Grande por suas elites sempre encontraram uma resistência espontânea de certas pessoas que, por suas práticas cotidianas ou por sua simples presença negavam tais tentativas de inserção

¹¹ D.B., Campina Grande, 07 fev. 1958, p. 04. Interessante é notar que são duas notícias diferentes que estão publicadas na mesma página, mas devidamente separadas pelo diagramador. Enquanto a que se refere ao Campinense Clube vem em tipos maiores a sobre José Pinheiro vem em tipos bem pequenos num canto de página. O que parece demonstrar que até na hora da composição do jornal as forças em conflito demonstravam o seu poder de barganha e capacidade de expressão.

¹² Sobre as diferenciações sociais que vinham à tona no período do Carnaval, ver: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Recife: Fundação Cultural da Cidade; 1996.

¹³ Depoimento do Sr. João Dantas, concedido ao autor no dia 04 fev. 2000.

no mundo da modernidade.

Se a respeito dos hábitos mais gerais é possível detectar certas reações ou resistências, no que se refere especificamente às formas de divertimento dos diferentes grupos sociais campinenses as tensões podem ser percebidas através de pequenos casos, aparentemente sem importância, que mexiam com o cotidiano da cidade.

A molecagem em Campina Grande é uma verdade incontestável. Nas ruas, nos bilhares, nos bares, nos campos de futebol – em todo o lugar. Nos cinemas, porém, a molecagem toca as raias da indecência, com gestos e palavras obscenas. As famílias vão de pouco a pouco deixando de freqüentar as nossas casas de exibição cinematográficas. Soubemos ontem que a polícia vai tomar providências sobre o caso [...].¹⁴

Embora as salas de cinema já fossem locais sobejamente conhecidos pelos campinenses das diferentes classes sociais, pois existiam na cidade desde a segunda década do século XX, alguns grupos ainda tinham muita dificuldade de mostrarem-se devidamente “civilizados” para frequentar tais espaços. O mais interessante notar é que se em outros espaços eram os pobres que eram tachados de moleques e vadios por não respeitarem as normas de boa convivência, nos ambientes fechados (e, no caso, devidamente protegidos pela escuridão) como os cinemas, eram exatamente os filhos das famílias bem situadas economicamente que apareciam como promotores da “molecagem”, da “algazarra”, das “obscenidades”.

Há muita coisa em Campina Grande que merece a repreensão da polícia. Muitas irregularidades, muitos abusos. Por exemplo, para que maior abuso que a evidente falta de respeito ao decoro nos estabelecimentos diversionais?...Os responsáveis por tudo isto são justamente aqueles rapazes bem vestidos e engravatados que vão ao cinema por mera formalidade, e não se cansam de aborrecer as famílias com gestos e palavras obscenas. É para eles que pedimos providências à polícia.¹⁵

Os desregramentos não eram fruto de educação formal ou informal que pudesse ter uma ou outra classe social, mas sim da dificuldade mesma que os vários setores da população tinham ao conviver com normas de conduta que poderiam até ser apropriadas para uma cidade desenvolvida, mas que esbarravam na manutenção de certos hábitos antigos tidos como normais.

A maioria da população era formada por pessoas pobres e sem uma educação formal, que tentava se reapropriar da forma mais criativa possível dos espaços e momentos de lazer. Esta reapropriação, contudo, nem sempre se dava de forma

¹⁴ “ISTO acontece em Campina Grande” (coluna), *O Momento*, Campina Grande, 24 set. 1950, p. 02.

¹⁵ *O Momento*, Campina Grande, 24 set. 1950, p. 02.

pacífica, pois sempre havia um indivíduo ou grupo que agia de modo destoante daquele esperado de um habitante de uma cidade tida como grande, civilizada e moderna.

Alguns exemplos de disputas pelos espaços de lazer vão desde locais ao ar livre – como o Açude Velho, que existia desde 1854 – até locais construídos durante as florescentes décadas de 30 e 40, como o auditório da Rádio Borborema.

O Açude Velho, que já havia sido ponto de encontro, descanso e trocas comerciais dos velhos tropeiros que deram origem ao comércio de Campina Grande, passou, nos anos 50, a ser um espaço disputadíssimo pelos jovens que nas suas horas de folga iam se banhar naquele manancial público. Até aí tudo bem, não fora o fato das famílias ali residentes ou pessoas que por ali transitassem ter que se deparar com os corpos completamente despidos dos adolescentes. A convivência entre os dois grupos se tornava, a cada dia, insustentável, o que levava os jornais locais a exigir da polícia medidas coibitivas.

Menores entre 16 e 18 anos, todos os domingos banham-se em plena nudez nas águas mansas do Açude Velho. Recanto habitado e ponto convergente de transeuntes de diversos bairros da cidade, não se devia prestar à prática do nudismo desses rapazes. Sobre o fato já recebemos diversas queixas, motivo porque apelamos para a polícia local.¹⁶

Esses insistentes pedidos de providências policiais, por toda a década de 50, esbarravam quase sempre na falta de aparelhamento do contingente policial. Todavia, ao mesmo tempo em que assomavam as críticas às deficiências do corpo policial, havia também uma preocupação exagerada com o reaparelhamento da mesma, visando coibir aquilo que era considerado como abuso ou desrespeito às regras de convivência.

Em 1950 existia apenas uma delegacia de polícia na cidade, localizada no Centro, e, que, sem viaturas, tornava bastante difícil o trabalho dos (dois) policiais quando estes tinham de reprimir algum desordeiro ou transportar um preso da cadeia pública até o Tribunal (Fórum). Aliás, o transporte de presos da cadeia ao Fórum tornou-se motivo para críticas de um colunista que achava inconcebível que uma cidade grande como Campina não tivesse uma viatura para transportar os seus presos. No seu modo de ver, os presos, mesmo já envoltos nas malhas da Justiça, mereceriam o respeito dos demais habitantes, embora o povo parecesse adorar um “movimento” como aquele pelas ruas da cidade.

[...] Quantos presos que vêm da cadeia pública para o tribunal, maldizendo nossa polícia por não ter nenhum ‘tintureiro’ afim de ocultá-lo, pelo menos no trajeto entre um estabelecimento e outro? Numa cidade como esta, e em todos os lugares grandes, os habitantes tornam-se

¹⁶ “ISTO acontece em Campina Grande” (coluna), *O Momento*, Campina Grande, 08 out. 1950, p. 02.

*abelhudos e interessados em coisas que apesar de serem humilhantes e inevitáveis, não se conformam enquanto não enxergam com seus próprios olhos [...].*¹⁷

Interessante é notar neste pequeno trecho que na tentativa de comparar a cidade a outras de grande porte o autor acaba por “trair-se”, denunciando uma prática própria dos pequenos aglomerados humanos, que é a curiosidade por tudo que acontece de diferente no cotidiano, quase sempre repetitivo e monótono, precisando sempre de algo “curioso” que provoque uma ruptura na mesmice do dia-a-dia.

Creemos que assim como nas cidades que passaram por transformações urbanísticas muito bruscas no final do século XIX e início do século XX¹⁸, tais como o Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Recife e outras – os habitantes de Campina Grande, mesmo já tendo conhecimento destas mudanças, levaram algum tempo para se acostumar com elas.

Não podemos dizer que as mudanças físicas aqui tenham sido tão radicais como as ocorridas no Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos, nem as ocorridas em São Paulo durante a década de 20¹⁹, mas percebemos claramente que quando os diferentes grupos sociais aqui existentes tiveram que conviver e compartilhar (n)estes novos espaços, criou-se certa antipatia entre eles e desenvolveu-se certo temor dos ricos em relação aos pobres. Claro que este temor não era abertamente explicitado, mas bastava que algum evento ocorresse envolvendo os pobres para que os jornalistas viessem a público criticar o fato, como se fosse próprio das camadas populares. Acreditamos que assim como no Recife dos anos 10, estudado por ARRAIS, em Campina Grande este temor também “escondia confrontos e o espaço urbano era um campo de conflitos dos grupos sociais e nele estavam inscritas diversas imagens elaboradas por esses grupos”²⁰.

¹⁷ P. DO Ó, Josemar. “Coisas da Cidade” (coluna), *O Rebate*, Campina Grande, 14 nov. 1950, p. 01.

¹⁸ Sobre as transformações urbanas em várias cidades brasileiras do final do século XIX e início do século XX ver: FARIAS, Ana Maria S. M. *Urbanização e modernidade: a construção do espaço urbano de João Pessoa (Dos anos 20 aos anos 70)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997; NASCIMENTO, Regina Coelli G. do. *Disciplina e espaços: Construindo a Modernidade em Campina Grande no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. *Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa dos anos 20*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1996; ESTEVES, Martha Abreu Esteves. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; GOMINHO, Zélia de Oliveira Gominho. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Recife: CEPE, 1998; MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1985; PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha; Multigraf Editora, 1999; SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de Sousa. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

¹⁹ Sobre as transformações dos costumes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ver respectivamente: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989; SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁰ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife – cultura, conflitos e identidades: a participação das*

Os confrontos e conflitos que se estabeleceram durante os vinte anos aqui enfocados e que, possivelmente se estenderam ainda por muitos anos, não se confinavam apenas às pessoas. Era a própria cidade que precisava ser definida. Assim sendo, um conjunto de discursos foram sendo elaborados, referindo-se a vários assuntos que precisavam ser entendidos por todos que habitavam a cidade. Todavia, os discursos populares sobre a cidade não foram registrados nos jornais, embora possam ser em parte recuperados a partir de outras fontes como os processos crimes ou detectados nos indícios deixados pelos letrados e mesmo pelos silêncios sobre a sua presença na cidade.

Cotidiano e Quebra do Cotidiano na Cidade: Velhas e Novas “Artes de Fazer”

Se havia um conjunto de tentativas de disciplinar os festejos adequadamente, havia, em contraposição, uma gama de práticas no seio das populações mais pobres que persistiam e que eram tenazmente combatidas pelos jornais, que se imbuíam do papel de “agentes civilizadores e orientadores pedagógicos”²¹.

A manutenção de práticas como caminhar a pé, comer bolinhos de trigo no final da tarde, desfilar pelas ruas centrais com caixões de defunto abertos, tomar banho de açude completamente despido ou namorar “de forma escandalosa” no escurinho das praças, parecem demonstrar que alguns setores da sociedade campinense se recusavam a modernizar-se ou que, pelo menos, interpretavam a modernização da cidade a partir de seus próprios valores, sem se importar com as regras impostas pelas elites econômicas, políticas e culturais.

A modernização dos espaços, desenvolvida com mais afinco nos anos 20, 30 e 40, trouxe sem dúvidas muitos benefícios arquitetônicos e artísticos para a cidade, mas causou, no entender de alguns intelectuais, alguns prejuízos à moral e aos “bons costumes” da anteriormente “pacata”²² Campina Grande.

As ameaças ao decoro e à ordem pública, na visão das elites intelectualizadas, exigiam sempre medidas repressivas urgentes e os jornais não cansavam de clamar por elas.

Enquanto não se inaugura a chamada da Praça da Fonte

camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995, p. 38.

²¹ ARRAIS, *Recife – cultura...*, p. 38.

²² O uso do termo “pacata” por vários articulistas dos anos 40, 50 e 60, precisa ser devidamente relativizado, pois nada indica que a cidade fosse um mar de tranquilidade antes daqueles anos. Pelo contrário. Os inúmeros bares, cabarés, cassinos, *boites* e casas de jogos espalhados pela cidade, além das festas de rua promovidas pelas próprias elites e que quase sempre terminavam em brigas e arruaças, permitem-nos afirmar que desde pelo menos os anos vinte a cidade não era tão tranquila assim. Sobre os anos 20 ver: NASCIMENTO, *Disciplina e espaços...*; para os anos 30 e 40, além dos processos crimes para os anos de 1945 a 1965 da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Campina Grande, ver: SOUSA, *Cartografias e imagens...*; sobre a condição da mulher entre os anos 30 e 50 em Campina Grande ver: CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande 1930-1950*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

*Luminosa e sua respectiva iluminação, os namorados indecorosos continuam agindo na velha Praça Clementino Procópio, onde cenas de ‘democracia do amor’ são praticadas abertamente num flagrante desrespeito às famílias e sob a protetora fiscalização da polícia.*²³

A iluminação pública, que até metade dos anos de 1960 não funcionava direito dados vários problemas técnicos, se por um lado era um orgulho das famílias abastadas campinenses, por outro lado permitia aos “desviantes” da mesma sociedade se aproveitarem desta “pequena falha do progresso” para dar vazão aos seus impulsos sensuais ou para cometer pequenos crimes nos locais mais lúgubres da cidade. As reclamações contra a falta ou defeitos da iluminação eram também uma constante nos jornais da época, embora sempre matizados com um ou outro elogio à cidade.

*Em determinados lugares, em muitos lugares mesmo [...] é até um perigo se andar na rua. Campina, onde os olhos de Paulo Afonso, mal abrem as pálpebras, pode ser incluída nesta roleta. As ruas de Campina são como em toda parte, ‘têm qualidades e vícios humanos’ [...] e algumas delas são calmas, não têm a viveza da Cardoso Vieira, que o Café São Braz e a Flórida fizeram-lhe umas carícias agradáveis, rua feliz, como há homens felizes e mulheres deliciosas. Tem ares de estudante rico, vestido à diagonal, com relógios de pulso e anel de brilhante. Não é por exemplo como a 13 de Maio, a Rui Barbosa, a Afonso Campos e a Tavares Cavalcante, onde as serpentes e os crotálos podem armar os botes sem serem vistas, mesmo debaixo dos postes de luz decadente. Não é lá grande perigo, mas é grande cochilo [...].*²⁴

Assim como a iluminação pública, a existência de transportes coletivos como os encontrados nas grandes cidades do Nordeste era outro aspecto que enobrecia as elites da cidade, mas, ao mesmo tempo, em virtude da sua escassez crônica, aborrecia os demais habitantes, sobremaneira aqueles que tinham que percorrer grandes distâncias para chegar até o Centro. Se para alguns ter transportes coletivos era mais uma prova de progresso e avanço da cidade, para aqueles que tinham que usá-los para chegar aos bairros mais distantes deveria ser uma experiência um tanto quanto frustrante.

Campina Grande é uma cidade que não dispõe de meios de

²³ “ISTO acontece em Campina Grande” (coluna), *O Momento*, Campina Grande, 17 set. 1950, p. 07 (grifos do jornal).

²⁴ PIMENTEL, Cristino. “Coisas da cidade” (coluna). *O Rebate*, Campina Grande, 19 jul. 1957, p. 01 e p. 04 (grifos nossos). Possivelmente, o “cochilo” a que ele se refere seja da Fiscalização da Prefeitura à qual ele, quase sempre, fazia críticas em suas crônicas.

*transportes à altura de suas necessidades, fato este que até o momento não despertou uma iniciativa particular de maior alcance no sentido de dotá-la de veículos para o transporte da população que se vê forçada a fazer longas caminhadas ao locomover-se de volta aos lares nos arrabaldes.*²⁵

Durante toda a década de 1950 e início da de 1960, este problema dos transportes não havia sido resolvido. Tanto que, em 1964, o prefeito defendia o monopólio dos transportes coletivos por parte da Prefeitura, mas reconhecia que a mesma não tinha condições de manter todas as linhas, sendo obrigada a fazer concessões a empresários do setor privado que, mesmo naquele momento de incremento da produção e distribuição de veículos automotores para transporte de passageiros, não apresentavam muito interesse em adquiri-los²⁶.

A cidade crescia em direção a áreas cada vez mais afastadas do Centro e as populações mais pobres, mesmo que ainda não muito acostumadas aos transportes coletivos, sabiam que teriam que conviver com eles e começavam a perceber que tinham direito a um maior conforto em suas viagens.

As reclamações nos jornais eram tantas e tão constantes que as autoridades públicas se viram forçadas a regulamentar seguidamente o setor de transportes, embora a população mais pobre continuasse, no mais das vezes, “pagando o pato” pela superlotação e má conservação dos ônibus.

Uma calamidade os transportes urbanos – Continua o regime de passageiros enlatados nos lotações.

[...] dias atrás uma portaria do Sr. Delegado de Trânsito estaria em vigor, proibindo entre outras coisas, a condução de passageiros em pé, nos transportes urbanos, e ao mesmo tempo, pondo um paradeiro ao costume de se transportar volumes e balaios de feira dentro dos lotações [...].

Além das más condições dos nossos transportes há também esse inconveniente de permitirem os motoristas e cobradores o excesso de lotação, amontoando os passageiros uns por cima dos outros, sem nenhum respeito à comodidade e às conveniências dos mesmos.

*Quando, por acaso, um passageiro mais afoito ousa reclamar tal abuso, é imediata e grosseiramente advertido de que se quiser tem comodidade viaje em carro de praça.*²⁷

A expansão do território físico da cidade não foi acompanhada pela extensão

²⁵ D.B., Campina Grande, 08 fev. 1958, p. 08. Embora esta matéria seja de 1958, cinco anos depois as condições dos transportes não haviam melhorado muito, pois a população também crescera bastante e o número de bairros servidos por linhas de ônibus aumentou consideravelmente.

²⁶ D.B., Campina Grande, 01 jul. 1964, p. 08. O prefeito em questão era o Sr. João Jerônimo da Costa, que substituiu o sr. Newton Rique por três meses e quinze dias, no agitado ano de 1964, tendo depois sido substituído pelo sr. William Arruda.

²⁷ D.B., Campina Grande, 13 fev. 1958, p. 08 e p. 4/e.

dos benefícios à totalidade dos cidadãos, pois os serviços como abastecimento d'água, esgotos, energia elétrica e linhas telefônicas se restringiam quase sempre ao Centro e suas ruas adjacentes, deixando muitos bairros desprovidos dessas benesses do progresso.

Outros problemas eram causados pela manutenção de hábitos antigos ou pela inadequação das pessoas aos novos hábitos de convivência. Fatos que podem ser considerados apenas como pitorescos ou prosaicos aos leitores atuais, não pareciam tão estranhos aos moradores da Campina Grande daquela época. A percepção de que certos hábitos simples da população – como comer bolinhos de trigo no final da tarde – chamava tanto a atenção da elite letrada, pressupõe que tal elite se importava, e muito, com os fatos que o povo comum tinha como corriqueiros. Os articulistas e editorialistas faziam questão de apresentá-los aos leitores dos jornais num tom escandaloso, mostrando a discrepância entre os mesmos e os hábitos civilizados tão arduamente defendidos por esta mesma elite.

No mesmo jornal que estampava o “crescimento desenfreado” da cidade e chamava a atenção para o seu forte comércio encontravam-se notícias que atestam o dia-a-dia dos populares, mas quase sempre de maneira depreciativa ou jocosa e com o intuito de mostrar que a manutenção de práticas tidas como “atrasadas” poderiam ser fatais. Numa descrição que, logicamente, não pode ser generalizada para toda a cidade, vamos encontrar no Diário da Borborema a seguinte notícia sobre um envenenamento coletivo.

Aconteceu no Catolé. Ontem à noite fomos informados de que se encontravam hospitalizados, no Pronto Socorro, mais ou menos 14 pessoas, vítimas de envenenamento após comerem bolinhos fabricados por uma senhora residente no bairro do Catolé [...].

A reportagem procurou ouvir de início a sra. Maria de Tal, que fabricara os tais bolinhos de farinha de trigo, causadora da intoxicação em membros de sua família e de famílias vizinhas.

Afirmou-nos Dona Maria haver comprado na Drogavida tártaro e bicarbonato, para a fabricação dos bolinhos, como costumava fazer costumeiramente. Por outro lado, acrescentou nada haver posto na ‘massa’ de farinha de trigo, além dos ingredientes comprados na Farmácia.²⁸

Interessante é ainda notar nesta última notícia que os jornalistas nem se esmeram em nomear as pessoas envolvidas. Possivelmente, porque aquelas não pertenciam a nenhuma família “importante” o suficiente que merecesse ter seu sobrenome estampado nas páginas dos jornais. A fabricante de bolinhos e suposta envenenadora é nomeada apenas como “Maria de Tal”.

Este é apenas um entre muitos outros exemplos de que, apesar dos discursos uniformizadores das elites pretenderem que todos os habitantes da Campina Grande dos anos 40, 50 e 60 já estivessem totalmente integrados às novas práticas

²⁸ D.B., Campina Grande, 10 fev. 1958, p. 08.

tidas como modernas e avançadas, muitos costumes ainda persistiam entre as populações mais pobres. Donde se pode concluir que a “realidade” retratada pelos jornais era apenas uma versão do real vivido pelos homens e mulheres de Campina Grande. A cidade era diversa, difusa, “desviante” daquela pretendida por suas elites. E as práticas das pessoas não mudavam assim tão rápido como pretendiam os educadores sociais. Aqui, como em todos os lugares que sofreram processos de modernização acelerados, o arcaico, o velho, o antigo insistia em se misturar, mesclar e, segundo aqueles discursos, “interromper” o moderno.

No conjunto de discursos proferidos por políticos e jornalistas das décadas de 1950 e 1960, a cidade de Campina Grande, apesar de todos os problemas relatados anteriormente, só crescia, não havendo possibilidade de retrocesso. O sr. Newton Rique, eleito em 1963 e cassado em 1964, comparou-a a uma “pequena São Paulo”, com seu desenvolvimento intenso e seu constante progresso.

Não há como negar que a cidade crescia. Seria incorreto não perceber que no início da década de 60 o comércio ainda era forte e os bancos aqui instalados movimentavam grandes somas, além dos negócios com exportações, que em junho de 1964 atingiram a estratosférica soma de Cr\$ 1.206.458.219,30 (Um bilhão, duzentos e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dezenove cruzeiros e trinta centavos) em algodão, sisal e peles²⁹. Infelizmente, ao contrário do que pretendiam os articulistas, a cidade só crescia e se desenvolvia para as áreas mais “nobres”, sobrando para os bairros mais pobres a lama, os esgotos a céu aberto, os animais perambulando pelas ruas e os alagamentos como os provocados pelas fortes chuvas do inverno daquele mesmo ano de 1964³⁰.

Os discursos sobre o crescimento eram tão constantes que uma simples mudança no trânsito tornava-se motivo de polêmica durante meses, embora nem sempre um autor ouvisse os argumentos do outro e todos terminassem por defender a necessidade do ininterrupto crescimento de Campina Grande.

Quando se decidiu ampliar a Avenida Floriano Peixoto e urbanizar as margens do Açude Novo a polêmica ocorreu em função de dois estabelecimentos diversionais que seriam construídos naquela área. O teatro Municipal (hoje Teatro Severino Cabral) e o Cine Planalto, que, segundo os jornais, seria uma das sete maravilhas da modernidade campinense, mas que nunca saiu do papel³¹.

A Prefeitura ampliou a Floriano Peixoto até as margens do Açude Novo, concedendo à empresa que iria explorar o Cine Planalto um local adequado para sua construção. O calçamento foi feito tanto no prolongamento da rua Índios Cariris, em demanda à rua Treze de Maio, como da avenida Floriano Peixoto. O que seria uma simples reformulação técnica, levou vários jornalistas a lembrarem que naquela artéria deveria haver uma “caveira de burro enterrada”,³² pois havia muitos anos que a reforma vinha sendo pensada e não acontecia.

A pavimentação da Av. Floriano Peixoto (antiga Rua da Matriz), a mais importante

²⁹ D.B., Campina Grande, 10 jul. 1964, p. 01.

³⁰ Enquete realizada pelo D.B. em 1965, demonstrava as precárias condições dos bairros.

³¹ De 1962 a 1964 a polêmica e a expectativa em torno da construção deste cinema foram imensas, mas infelizmente a sala de exibição nunca saiu do projeto.

³² D.B., Campina Grande, 13 jun. 1962, p. 02.

via pública da cidade desde os anos 30, havia “empacado” anteriormente nas imediações do cruzamento com a Rua Rui Barbosa, desde que até ali fôra calçada pelo prefeito Vergniaud Wanderley, em 1942. O traçado inicial começava além da Catedral e terminava no encontro com a Maciel Pinheiro, mais ou menos onde hoje está situado o edifício da Prefeitura. Em vinte anos (1942-1962) a avenida não mudara quase nada, e só em 62 é que atingiu o pequeno lago (Açude Novo) que separava o Centro do Bairro do São José.

Além das exigências que os dois locais diversionais faziam ou impunham, a Floriano Peixoto só foi pavimentada porque era um dos projetos para as comemorações do Centenário da Cidade (1964). Além da Avenida, o Parque do Açude Novo, à época projetado para se chamar “Parque do Centenário”³³, também sofreria intervenções do poder público.

O Jornal, ainda como porta-voz da população, afirmava que a iniciativa teve “o aplauso de toda a população esclarecida que via no Açude Novo um dos logradouros de maiores possibilidades estéticas e conforto urbanístico que possuímos”³⁴.

Tanto era assim que várias pessoas teriam mandado cartas à redação, oferecendo sugestões para a sua urbanização e embelezamento, sendo que uma delas era a de que “fosse construído, no centro do açude um pavilhão, como existem outros em outras cidades. Seria assim como um castelo flutuante, com local para danças, restaurantes, sorveterias, etc...”³⁵.

Até a reforma da Floriano Peixoto, era pela Treze de Maio que trafegava a maioria dos ônibus da cidade: o Odon Bezerra, o Quarenta, o Moita, o Casa de Pedra, o Três Irmãs, o Circular Prata, além de outras linhas que começavam a ser pensadas para os bairros mais distantes, como Lucas e Logradouro. As comparações entre a outrora “amigável” 13 de maio e a agora movimentada Floriano Peixoto eram inevitáveis.

Segundo Cristino Pimentel, cronista da época, este era “o destino das coisas”. Essa transformação teria ferido o trânsito da artéria que, segundo ele, se tivesse permanecido com a pracinha comemorativa à libertação dos escravos estaria agora sem o perigo que a via, totalmente aberta, oferecia à vida humana³⁶.

³³ O Parque do Açude Novo foi pensado como uma homenagem aos Índios Ariús, mas quando da sua urbanização pensou-se em dar o nome de Parque do Centenário, pois o mesmo seria inaugurado no ano de 1964 quando das comemorações dos cem anos da cidade. Esta disputa pelo nome durou todo o ano de 1963, já que a Comissão formada pelo Governo do Estado queria dar o nome de Parque do Centenário a outro que seria construído no Açude Velho e não no Açude Novo, como pretendia a Prefeitura e seu grupo de trabalho. Por fim, só na década de 70 é que o Parque passou a se chamar Evaldo Cruz, em homenagem a outro prefeito da cidade.

³⁴ D.B., Campina Grande, 08 jun. 1962, p. 08.

³⁵ D.B., Campina Grande, 08 jun. 1962, p. 08.

³⁶ PIMENTEL, Cristino. “Lembranças” (crônica). D.B., Campina Grande, 15 jul. 1962, p. 03. Enquanto ele defendia a reestruturação da pracinha da Rua Treze de Maio, que havia sido derrubada havia 17 anos, reclamava da manutenção do Cinema Capitólio na Praça Clementino Procópio, afirmando que o prédio estaria “roubando o espaço naquela praça e prejudicando uma das mais belas perspectivas da cidade com seu vulto de muralha chinesa, ou mesmo russa, como a que os comunistas estão construindo em Berlim”. Note-se ainda que tais críticas se davam porque o cronista era adversário do então Prefeito Severino Cabral e fazia campanha aberta para que seu sucessor fosse o tribuno Raimundo Asfora. A preocupação de Cristino com o patrimônio de Campina Grande era muito relativa. Dependendo de quem estava no poder no momento, ele era

Esta preocupação com os perigos do trânsito era uma constante. Em matéria também publicada no *Diário da Borborema*, o sr. Wilson Gonçalves de Almeida lamentava as falhas e inconvenientes do trânsito campinense, mas não deixava de enaltecer a cidade que, segundo ele, crescia constantemente, enquanto aproveitava para criticar os “despreocupados” matutos que não sabiam se enquadrar nos caminhos do progresso.

O colossal crescimento de Campina Grande trouxe, como é natural, embaraços ao tráfego urbano e produziu problemas cuja solução deverá ser buscada com brevidade, antes que se tornem mais complexas.

A maioria das pessoas que diariamente circula pelas ruas da cidade desconhece as normas elementares reguladoras do tráfego de veículos. É comum desta forma, encontrarmos pessoas tentando alcançar a calçada fronteira à que estão, com sinal aberto às viaturas que passam pelo local. Muitos aguardam a oportunidade para atravessar a rua postando-se em plena via, expondo-se desnecessariamente a um acidente de más conseqüências. Outros, afeitos a tentar “cortar” a frente dos veículos em movimento, esquecendo-se de que na porfia do homem contra a máquina esta leva nítida vantagem. São pois uma série de descuidos e imprudências que precisam ser eliminadas.³⁷

Contra os novos moradores, forasteiros principalmente, é que se dirigiam estes discursos. Pesava sobre eles a “acusação” de não saberem se comportar numa cidade grande. Estes “novos habitantes não eram suficientemente preparados para viver em ruas, em bairros, em cidades, enfim.”³⁸ Portanto, campanhas sistemáticas eram promovidas na tentativa de organizar o trânsito de pessoas e veículos, como uma forma de educação para a vida na cidade.

Ainda em 1963, é possível encontrar exemplos do papel educador que os jornalistas da época se impunham para com os seus leitores. Em sua coluna “Instantâneos”, Epitácio Soares, depois de esclarecer que se tratava de uma crônica que fôra lida ao microfone da Rádio Borborema, outra formadora de opiniões e atitudes, tentava descrever para os leitores a “A arte de andar na rua”. Pregava ele:

Existe, de fato, uma arte de andar na rua. Como todas as demais artes, também esta obedece a certas normas que precisam ser apreendidas pelo pedestre e pelo motorista [...]. Não se anda na rua de uma grande cidade como se anda no interior de uma fazenda, onde não existem os

mais ou menos contundente.

³⁷ D.B., Campina Grande, 07 nov. 1962, p. 08.

³⁸ AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel*: Campina Grande. Campina Grande: EDUFPG, 2006, p. 60.

atropelos de um intenso movimento de veículos [...]. O Homem da cidade, ao contrário do campesino é um ser em luta permanente com os riscos da civilização. Se de um lado a evolução da ciência e da técnica veio criar novas condições de conforto e bem estar para o homem citadino, não resta dúvida que de outra parte o aproximou cada vez mais da morte, se ele não se precaver contra os perigos que os instrumentos da própria técnica poderão ocasionar-lhe.

Depois, imputava aos pedestres a culpa pela maioria dos acidentes de trânsito.

No computo geral dos acidentes de trânsito ocorridos nas cidades, se examinarmos bem as condições em que esses acidentes ocorreram, não será difícil constatar-se que a maioria deles decorreu da imprudência ou ignorância das regras de trânsito por parte do pedestre.

E aproveitava para arrematar, culpando também os motoristas e elogiando a cidade que, em si, como se fora um ser-sujeito provido de vida própria, não poderia ser culpada pela má conduta de seus “mau-educados” moradores.

Sabemos que entre os profissionais do volante, nem todos são disciplinados e cuidadosos no exercício da profissão, e que muitos até, irresponsavelmente, têm provocado lamentabilíssimos desastres [...]. Não seja por isso, entretanto, que o pedestre não cuide de si, obedecendo às leis do trânsito ao andar nas artérias movimentadas de cidades trepidantes como Campina Grande.³⁹

Apesar de todas as críticas aos migrantes e desocupados em geral, eles precisavam ser enquadrados no discurso modernizante e a única forma de fazê-lo era inserindo-os no mundo do trabalho. Eles eram apresentados nos discursos como mão-de-obra barata e mercado consumidor ávido pelas novidades produzidas na cidade e além do Planalto da Borborema.

Os migrantes, os pobres e os vadios precisavam ser disciplinados, principalmente nas horas de lazer, pois seriam mal preparados para conviver “com a gente decente” nas ruas da cidade. Todas as categorias que não tivessem uma ocupação detectável tornavam-se passíveis de serem disciplinadas:

Indigentes, deficientes, mendigos, vagabundos, velhos e doentes sem recursos, crianças sem pais, mães e viúvas

³⁹ SOARES, Epitácio. “Instantâneos” (coluna). *D.B.*, Campina Grande, 18 out. 1963, p. 02 (grifos nossos).

*sem proteção, camponeses sem terra, cidadãos sem domicílio, operários sem emprego, abandonados por conta do crescimento e feridos pela civilização, marginais de toda espécie [...].*⁴⁰

Estes eram os alvos preferenciais das reformas e dos discursos sobre as reformas.

As elites campinenses já tinham muito claro quais eram seus territórios⁴¹. Em sua visão sócio-geográfica deveria haver um espaço diferenciado para os pobres. Os territórios daqueles não poderiam ser os mesmos dos abastados. A passagem de uma década para a outra foi um momento de inflexão que definiu o que as elites pensavam ser necessário à sua segurança e paz social. A caracterização dos bairros anteriormente esboçada demonstra claramente que ela se fazia por funções produtivas e se os operários ocupavam certos bairros “proletários”, os desocupados nem eram citados, embora estivessem no centro da cidade disputando com os mais ricos um espaço na cidade. Como afirma Agra Do Ó em sua crítica a este tipo de discurso,

*[...] as famílias tradicionais campinenses haviam desenvolvido durante longos anos noções mínimas do que seria a sua segurança e paz social da sua cidade, e estes dois enunciados não estavam ligados de forma alguma àquela nova realidade de tantos rostos novos pelas ruas.*⁴²

Inúmeras são as matérias nos jornais de 1950 e 1960, dando conta do que as elites esperavam de um prefeito, no trato das questões sociais. Obter trabalho e moradia para os novatos na cidade era, além de obrigação, a certeza de que estas pessoas ficariam nos bairros, não vindo disputar o Centro com as elites. Na impossibilidade de conseguir isto o tempo todo, as elites sofriam com a presença dos “desajustados sociais” que teimavam em existir e consumir a cidade⁴³.

⁴⁰ CASTEL, Robert. “Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional”. In: LANCETTI, Antonio (org.). *Saúde/Loucura 4*. São Paulo: HUCITEC, 1993, p. 21-48 (apud AGRA DO Ó, *Da cidade de pedra...*, p. 61). Esta caracterização de Castel, corroborada por Agra do Ó, é importante porque em Campina Grande, no decorrer dos anos 50 e 60, eram muito fortes os discursos e as práticas de recolhimento das pessoas que não se enquadravam no mundo capitalista da produção. Encontramos matérias sobre mendigos; menores abandonados, detentos sem as menores condições nas cadeias públicas e informes sobre asilos para velhos, moças órfãs e formação de uma polícia mirim (em 1962) para combater os malfeitores menores de idade. Neste caso específico era a infância perseguindo a infância; detentos e prostitutas eram automaticamente marcados como alvo dos discursos caritativos ou disciplinadores. As reações que eles causavam iam “do espanto à prevenção, do horror às práticas de controle e vigilância”. Cf. ARAÚJO, Marta Lúcia Ribeiro de. *Campina Grande: poder local e mudança nacional (1945-1964)*, Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985, p. 84-85.

⁴¹ Segundo Fabio Gutemberg R.B de Sousa, pelo menos desde os anos 20, os letrados definiam as ruas do Centro e adjacentes como “suas” e “sofriam” quando estas eram ocupadas por populares que promoviam algazarras. Ver exemplo da Maciel Pinheiro, João da Mata e João Lourenço Porto. SOUSA, *Cartografias e imagens...*, p. 89 e ss.

⁴² AGRA DO Ó, *Da cidade de pedra...*, p. 63.

⁴³ D.B., Campina Grande, 11 jan. 1958, p. 08. Matéria sobre animais mortos no leito das ruas e

Derrubando Prédios e Construindo Sonhos

Divididos entre as benesses do progresso e a manutenção das tradições, alguns intelectuais usavam o espaço dos jornais para vociferar contra algum prédio envelhecido que ocupasse o centro da cidade, ao mesmo tempo em que reclamavam que os campinenses não sabiam dar valor ao seu patrimônio histórico arquitetônico.

O mesmo Cristino Pimentel que defendia a derrubada do Cine Capitólio por entender que o prédio era um “tumor que sufocava a Praça Clementino Procópio”, lamentava a derrubada da antiga Igreja do Rosário e de outros prédios antigos com os quais a cidade não contava mais.

A Igreja de N.S. do Rosário, não fosse a ação do braço canhoto da evolução material que a demoliu, de pé estaria, enriquecendo o patrimônio que a história cria nas cidades de bom destino.

No assunto agora tratado Campina é uma lástima [...].

Infelizmente, a política de Campina Grande não mira a regra de conservação das coisas que contribuíram para a grandeza de seu passado. Os responsáveis pelo seu destino no conceito global, nunca deram olhos a esse ponto da história [...].

E o resultado disso tudo vimos presenciando: a destruição dos marcos de nosso passado político, como aconteceu com o Conselho Municipal (1877); a Igreja de N.S. do Rosário(1800); com o Cemitério Velho (nas Boninas), construído em 1856; com a Casa de Caridade, obra do Pe. Ibiapina, reformada e transformada em colégio para órfãos por Monsenhor Sales em 1866; com o Monumento da Independência, feito em 1922, enfim com a Praça 13 de Maio, construída em 1940 [...].⁴⁴

Por estas afirmações do cronista percebe-se claramente o dilema existente entre destruir e (re)construir a cidade de acordo com os preceitos modernos da arquitetura. As transformações pelas quais passava a mesma, criavam nos intelectuais um misto de expectativa para com o futuro e certa nostalgia do passado recente. Porém, na maioria das vezes os discursos confluem para uma formação discursiva que tenta a todo custo afirmar a necessidade do progresso, a impossibilidade de detê-lo e a incapacidade de certos homens de se adequar a ele.

Vivia-se nos anos 1950/60 o auge do discurso nacional desenvolvimentista⁴⁵ que

cubículos “infectos” no centro da cidade.

⁴⁴ PIMENTEL, “Lembranças”, p. 03.

⁴⁵ Sobre o nacional-desenvolvimentismo ver: MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

propunha transformações rápidas e constantes, sem possibilidade de se transigir com os empecilhos ao progresso incessante. Assim, estas reclamações de um cronista do interior da Paraíba, contra a destruição dos marcos do passado, embora estivessem inseridas dentro de um discurso desenvolvimentista e engrandecedor, quase sempre ficavam relegadas a um canto de página com sabor de eterna nostalgia.

Um ponto que chama a atenção nos textos sobre o crescimento da cidade é que muitos dos articulistas e colunistas, apesar de falarem das dificuldades que a cidade atravessava, faziam questão de destacar os constantes progressos obtidos pela mesma, principalmente nos setores bancário e comercial. Quase sempre, quando se inaugurava um banco ou casa comercial um jornalista/ repórter e todos os colunistas davam destaque ao empreendimento.

No dia 06 de novembro de 1962, quando foi inaugurada mais uma agência da Cooperativa Central de Campina Grande, a oportunidade foi usada pelo jornalista Genésio de Souza, um dos diretores dos *Diários Associados* para, através da Rádio Borborema, traçar um panorama da situação econômico financeira, social e artística da cidade. Apesar de longa, acreditamos ser interessante transcrever a matéria na íntegra, para mostrar como eram construídos os discursos a respeito do crescimento campinense.

Tempos atrás era comentário pacífico que o crescimento de Campina Grande, processava-se em meio a uma disparidade gritante. Uma cidade com volume imenso de comércio que esta ostenta, ressentia-se em alto grau de estabelecimentos do ensino secundário e superior e seu parque industrial era irrisório. Era Campina Grande um potente empório comercial onde os homens de dinheiro tinham que mandar seus filhos estudar em outras cidades. Já hoje o panorama modifica-se. Contamos com quatro escolas de nível superior: Engenharia; Serviço Social; Economia e Filosofia.

Não houve ainda a arrancada no setor das artes. Acompanha-nos ainda a vergonha de não possuímos um teatro. As casas de espetáculo reduzem-se aos cinemas que estão, não se pode negar, aquém do que a cidade merece. Mas a força econômica não decrescendo, tudo virá.

Registramos com alegria que os fatores do progresso e do crescimento desta comunidade, consubstanciado em sua pujança comercial e bancária, não parou, diminuiu em face ao desenvolvimento dos outros setores [...].⁴⁶

O discurso do autor em destaque é repleto de sutilezas, pois apesar de informar

⁴⁶ D.B., Campina Grande, 07 nov. 1962, p. 08. Esta crônica havia sido transmitida pela Rádio Borborema no dia 06 nov. 1962 e transcrita posteriormente no jornal que pertencia aos Diários Associados, o que demonstra a vinculação de todos os meios de comunicação no trabalho de “educação”, convencimento e disciplinarização da população.

sobre o escasso desenvolvimento dos setores educacional e artístico, conclui que o importante para a cidade é “manter o crescimento econômico”, mesmo que isto só venha a favorecer alguns poucos “homens de dinheiro (que) tinham que mandar seus filhos estudar em outras cidades”, mas que agora passavam a contar com quatro escolas de nível superior. Muitas vezes, a preocupação não é com a melhoria das condições de vida da totalidade da população, mas apenas com alguns setores das elites econômicas e pensantes que, inegavelmente, cresciam, apesar do contexto de crise econômica que começava a se desenhar do final dos 50 para o início dos anos 60.

Já se tornou um consenso entre os estudiosos da análise de discurso, e principalmente dos discursos políticos, que não há discurso desinteressado. Todo pronunciamento elaborado por um emissor tem como objetivo angariar as simpatias de um determinado público e tentar convencê-lo de suas posições sobre um determinado assunto.

Sobre a cidade de Campina Grande, o que nos parece importante reter do período que estamos tratando é o fato de que mesmo a oposição política que é feita aos prefeitos, não abre mão de um tom emotivo, envolvente e inclusivo, que declara constantemente seu amor à cidade serrana, aproveitando para construir a imagem de que todos são um único e mesmo povo.

Como exemplo deste tipo de formulação discursiva temos os pronunciamentos elaborados para o jornal pelo sr. Raimundo Asfora. Advogado, jurista, poeta, orador e deputado estadual que, em 1962, reclamava da forma como a cidade vinha sendo tratada pelo então prefeito sr. Severino Cabral. Para tanto, intimava os leitores a “olhar campina Grande de um ângulo particular”. Melhor seria dizer: “interessado”.

Segundo o depoimento do deputado Asfora, o que ele pretendia era “mostrar [...] as coisas erradas da cidade. Depois as bonitas”. O interessante aqui é exatamente a ordem que é escolhida para apresentar a cidade aos leitores. Enquanto a “situação” mostraria primeiro as coisas bonitas, a “oposição” se encarregaria de “desmascarar” os males de sua (também) estimada cidade. Depois de passear por “todos os bairros” – o que é pouco provável – a descrição do deputado começa em tom de lamento:

[...] aqui era um grupo escolar construído quase dentro de uma lagoa; ali uma avenida cortada no meio por um edifício público que terá que ser demolido no futuro; mais adiante um parque de recreação infantil totalmente abandonado; depois uma avenida pavimentada há pouco tempo e já quase intransitável e assim por diante; percorremos todos os quadrantes da cidade, conduzidos pelas mãos do poeta, que juntava a cada crítica uma palavra de ternura para com a Rainha da Borborema, uma palavra de exaltação do seu progresso surpreendente e tumultuário [...].

Um detalhe surpreendente de nossas andanças com Ásfora [sic]: ele não tocou em política [...].⁴⁷

⁴⁷ ZENAIDE, Hélio. “Política e administração” (coluna). D.B., Campina Grande, 10 fev. 1962, p.

O que se percebe, como já foi apontado anteriormente, é que neste tipo de discurso da oposição não falta a preocupação com o aspecto do engrandecimento da cidade. Isto precisava ficar bem demonstrado, apesar das críticas feitas ao Prefeito. Em outro trecho desta mesma matéria o autor afirma: “E fomos ver a Feira da cidade sofrendo um fenômeno inflacionário, crescendo para todos os lados, invadindo ruas residenciais e tomando até as calçadas da maternidade”⁴⁸.

O tipo de argumento utilizado pelo político e realçado pelo jornalista parece estar contido em todos os discursos que se pretendiam “fundantes” de uma suposta “consciência campinense”. Mas esta consciência era, sobretudo, conflituosa, pois num momento todos eram parte dela, noutra somente o governo saberia o que era “ser campinense” e, ainda em outro, só a oposição detinha o poder de mudar as condições da vida da população, por estar “consciente” dos seus “reais problemas”.

Segundo Ípola, isto tende a ocorrer porque todo discurso político é marcado por oposições, por antagonismos, contradições, que, por princípio, lhe são inerentes⁴⁹. Assim, também o discurso da oposição tem estas características, pois na medida em que afirma ter sempre uma palavra de carinho para com a cidade, não se acanha de mostrar as suas mazelas aos visitantes, embora esta denúncia se tratasse de uma estratégia política, visando as eleições que seriam realizadas em agosto daquele ano de 1963.

Outra tese importante de Ípola é que em quase todos os discursos políticos há sempre uma “reapropriação de certos símbolos e valores levantados pelo discurso do opositor”⁵⁰. No presente caso, os elogios à cidade são uma clara tentativa de não fugir ao contexto geral dos discursos que a nomeavam como um local bonito, desenvolvido, progressista, moderno e de clima agradável para se viver.

O deputado, mesmo que naquele momento estivesse desenvolvendo o seu papel de opositor, sabia para quem estava falando, pois apesar de estar tentando desautorizar a administração do prefeito tinha a consciência de que os leitores do *Jornal* formavam – ou deveriam formar – uma “comunidade de sentido”⁵¹, ou seja, um grupo de receptores de discurso que possuía ou tenderia a possuir certo conjunto de imagens e representações sobre uma dada realidade, sendo que é este imaginário que institui as relações discursivas. Este imaginário é sempre político. Assim, podemos afirmar que mesmo o discurso do opositor em determinados momentos faz parte ou conflui para uma mesma formação discursiva integradora

03. Escrita pelo jornalista chamado Hélio Zenaide, vindo de João Pessoa e amigo do advogado, deputado e poeta Raimundo Asfora. Apesar da conclusão do autor da matéria, dizendo que não se falou em política é de se perguntar: será que depois destas denúncias todas ainda seria preciso falar mais alguma coisa contra a administração municipal? Ver como o jornalista, usando do seu discurso competente, tenta separar os interesses políticos do deputado de seus sentimentos pela cidade.

⁴⁸ ZENAIDE, “Política e administração”. Perceba-se que inflacionário, aqui, é usado com o sentido de crescimento físico e não enquanto fenômeno econômico, embora a palavra estivesse muito em voga entre os jornalistas da época, em virtude de o país estar atravessando um período de profunda crise econômica.

⁴⁹ ÍPOLA, *Emílio de. Ideologia e discurso populista*. México: Folios Ediciones, 1982, p. 138.

⁵⁰ ÍPOLA, *Ideologia e discurso...*, p. 154.

⁵¹ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista: o discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 36.

na qual todos deveriam se reconhecer.

Apesar de o opositor pretender cooptar, convencer, ganhar a simpatia de seus interlocutores, criticando a ação do governo municipal, ele não podia destruir a imagem que ele próprio ajudou a construir da cidade. Portanto, se apresentava, também dentro de uma mesma formação discursiva que “define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em uma certa conjuntura”⁵².

O autor de todo e qualquer discurso tem que levar em consideração – e neste caso específico leva – o OUTRO. No caso aqui analisado, o OUTRO do deputado é duplo: é tanto o governo ao qual ele faz oposição, quanto seus possíveis leitores e futuros eleitores. Segundo Eni Orlandi, isto ocorre porque um discurso nunca é um monólogo, apesar de aparentemente ter uma fonte ou origem que pode ser determinada. Ele é sobretudo um diálogo, onde alguém emite uma informação e outro alguém a recebe, não apenas de forma passiva, mas sim interagindo, afirmando ou negando a argumentação. Desta forma, um discurso só faz sentido se tiver como pressuposto o interlocutor, ou seja, é “[...] a relação com o outro que regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o sujeito, quanto o sentido”⁵³.

Também é importante ressaltar que apesar dos discursos da “situação” e da “oposição” no mesmo jornal parecerem distintos, eles foram constituídos dentro de um mesmo contexto histórico, fazendo parte de uma mesma formação discursiva e podendo ser entendidos como parte de um interdiscurso que é definido justamente pelas relações que estabelecem com a formação discursiva dominante naquele momento e lugar.

Apesar dos produtores de discurso procurarem sempre dar ou demonstrar um sentido para suas palavras dirigidas aos interlocutores “o sentido não tem origem, nem no sujeito, nem na história. O que há são efeitos de sentido”. E há sempre “diferenças discursivas, mesmo dentro de uma mesma formação discursiva”⁵⁴.

Por isto é que se pode encontrar discursos divergentes ou divergências de discursos, que em parte negam os valores ou pressupostos encontrados em todos os outros, mas, por outro lado, parecem se apropriar de símbolos do discurso do opositor para demonstrar sua inserção dentro de uma mesma formação discursiva.

Voltando ao caso de Campina Grande, podemos perceber que os políticos, jornalistas e intelectuais de uma maneira geral, sempre que podiam, mostravam que a visão favorável à cidade não é algo construído apenas por eles, que “amam e querem ver o progresso da cidade”. Há sempre a busca de outros discursos que corroborem os seus.

Difícilmente encontraremos no Brasil, a não ser em São Paulo, cidade interiorana com os requintes e o enxerimento de Campina Grande. No Nordeste é a única a apresentar ares de capital. Não somos nós, os campinenses que dizemos. São os visitantes de todos os recantos do país que aqui aportam e

⁵² ORLANDI, *Terra à vista...*, p. 39.

⁵³ ORLANDI, *Terra à vista...*, p. 38.

⁵⁴ ORLANDI, *Terra à vista ...* p. 42 e 42.

*ficam abismados com o desenvolvimento da cidade.
[...] É na verdade uma cidade enxerida.*⁵⁵

Apesar da boa vontade do colunista citado anteriormente, nem sempre os discursos dos que aqui chegavam coincidiam com os anseios dos intelectuais formadores de opinião, que mesmo deixando entrever as mazelas da cidade, teimavam em engrandecê-la. Um dos poucos discursos discordantes na época parece ter sido da Sra. Hebe Gonçalves, assistente social, supervisora da Escola de Serviço Social do Recife (falando portanto de um determinado lugar de saber), que visitou a cidade em 1962, para apresentar uma conferência na recém fundada Faculdade de Serviço Social de Campina Grande. Dizia ela em entrevista ao *Diário da Borborema*:

Chama a atenção de qualquer observador que visite esta cidade o desnível social [...] que separa a sua população em dois grandes grupos representativos: um que é economicamente forte e o outro imergido na sua própria miséria...

Aos grupos privilegiados que vêem desfrutando mais diretamente do progresso econômico de Campina Grande, cabe considerar a necessidade de novos investimentos para a melhoria da saúde, redução do índice de analfabetismo e elevação dos níveis culturais da cidade.

*[...] [as] soluções que na ordem social, estão sendo procuradas, não parecem atender os problemas criados pelo ritmo de crescimento de Campina Grande, nos campos econômico e demográfico.*⁵⁶

O importante a reter neste discurso da Sra. Hebe Gonçalves é o fato dela, por ser alguém que estava vindo de fora – diferentemente do deputado anteriormente citado – não fazer através de seu discurso uma oposição simplista ou sentimentalizada ao governo municipal, mas ao apontar o desnível social e a má distribuição de riquezas e oportunidades de vida entre os moradores da cidade, nos ajudar a perceber que outras interpretações sobre a mesma podiam existir e que talvez a população mais pobre não tivesse oportunidade de expressar suas queixas, reclamações e opiniões sobre o progresso da cidade do qual ela, população, não tirava muito proveito.

Como o que valia para os intelectuais eram os chamados “discursos competentes”, era necessário que viesse uma pessoa de fora, mas de “notável e reconhecido saber técnico”, para que suas palavras desabonadoras fossem reconhecidas como válidas, pelo menos por alguns setores da população. O próprio Jornal reconhecia que a “[...] opinião da ilustre educadora pernambucana tem a maior importância para os estudiosos e para autoridades locais, em vista da grande autoridade que a

⁵⁵ SOARES, Epitácio. “Instantâneos” (coluna). *D.B.*, Campina Grande, 28 abr. 1962, p. 03. Este jornalista também foi Secretário de Imprensa da Prefeitura Municipal de Campina Grande entre os anos de 1961 e 1963.

⁵⁶ *D.B.*, Campina Grande, 20 mai. 1962, p. 01.

reveste [...]”⁵⁷.

O que importa é perceber que apesar do conjunto de textos aqui apresentados tentar a todo custo passar uma imagem uniforme da cidade – com exceção do último, como é evidente – as próprias informações contidas em tais textos nos deixam entrever que a realidade não era tão perfeita, quanto queriam fazer parecer as autoridades e os articulistas dos jornais.

Assim, podemos concluir este texto afirmando que a realidade vivida pelos moradores da Campina Grande dos anos 40, 50 e 60 era bem mais rica, densa e multifacetada do que aquela que vinha transcrita nos jornais.

Para finalizar, gostaríamos de apresentar uma conclusão de Orlandi que nos parece muito válida para o que viemos afirmando até agora. Diz ela: “[...] todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui ou pressupõe) e com o interdiscurso (que o determina)”⁵⁸.

A cidade, por ser feita por diferentes pessoas que a habitam, tem vida própria e nem sempre se curva aos caprichos dos reformadores, administradores e técnicos. Os moradores de uma cidade, principalmente os mais pobres, sempre encontram formas de burlar as determinações legais, criando outras práticas e outros discursos, que nem sempre são registrados pelas diversas fontes, mas que existiram e foram silenciados para a história.



RESUMO

O cotidiano de uma cidade é marcado pela constância das práticas de seus habitantes, sendo um dos conceitos que mais dificuldade gera para os historiadores que é definir exatamente o que é o cotidiano. No caso do presente artigo o que pretendemos é exatamente contrapor os momentos de diversão aos momentos sempre iguais, sempre monótonos, sempre considerados como mesmice na cidade de Campina Grande dos anos de 1945 a 1965, além de demonstrar, através de um conjunto de discursos e pronunciamentos proferidos à época as tentativas de disciplinarização das pessoas, dos espaços e das práticas cotidianas dos moradores, principalmente dos mais pobres. Tais discursos buscavam, a nosso ver, criar uma Campina Grande harmônica e tida como um objetivo comum a todos os habitantes daquela urbe.

Palavras Chave: Campina Grande; Cotidiano; Lazer.

ABSTRACT

The daily life of a city is marked by constant practices of its inhabitants, one of the concepts that creates more difficulty for historians is to define exactly what is everyday life. In the case of this paper is exactly what we intend to oppose: the fun moments to moments always the same, always monotonous, always regarded as sameness in Campina Grande from 1945 to 1965, and demonstrate, through a series of speeches and speeches delivered at the time attempted disciplining people, spaces and the everyday practices of residents, especially the poorest. Such discourses sought, in our view, create a harmonious and Campina Grande regarded as a common goal for all inhabitants of that metropolis.

Keywords: Campina Grande; Everyday Life; Leisure.

Artigo remetido para publicação a convite do organizador do dossiê.

⁵⁷ D.B., Campina Grande, 20 mai. 1962, p. 01.

⁵⁸ ORLANDI, *Terra à vista* ... p. 43.